



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Mococa, 26 de agosto de 2020.

OFÍCIO ESPECIAL/2020/CMM

A Sua Senhoria
Josimar Alves Vieira
Vereador da Câmara Municipal de Mococa

Assunto: Requerimento Verbal nº 316/2020

Senhor,

Encaminho, em anexo, Parecer Jurídico nº 20/2020 exarado pelo Procurador Jurídico desta Casa de Leis sobre as mesmas questões suscitadas no Requerimento Verbal nº 316/2020. Espero que as dúvidas sejam sanadas. Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

Respeitosamente,

Rosa Carolina Negrini da Costa
ROSA CAROLINA NEGRINI DA COSTA
Analista Legislativo e Gestora de Contratos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO Nº 20/2020

REFERÊNCIAS:	<i>Julgamento de contas do Prefeito pela Câmara Municipal. Impedimento de Vereador. Considerações.</i>
INTERESSADOS:	Presidente da Câmara Municipal, Vereador Elias de Sisto e Vereador Josimar Alves Vieira

Trata-se de requerimento verbal formulado pelo Vereador Josimar Alves, registrado sob o nº 315/2020, aprovado na sessão do dia 24/08/2020 e protocolizado sob o nº 1239/2020, encaminhado via ofício 0160/2020/PRES/CMM em 25/08/2020, indagando acerca da situação jurídica da Vereadora Elisângela Mazini Maziero Breganoli em relação ao julgamento das contas municipais do exercício de 2017, considerando que a mesma foi Prefeita Interina, logo figurando entre os responsáveis.

Este Procurador Jurídico foi instado a responder aos seguintes quesitos, o que se faz de forma imediata:

1 – A Vereadora está impedida de votar no julgamento das contas municipais do exercício de 2017?

Resposta: Entendo que SIM. Embora nosso Regimento Interno se mostre omissivo quanto às hipóteses de impedimento e suspeição dos Vereadores em suas votações, é certo que há interesse pessoal da Vereadora em questão no julgamento das contas municipais de 2017, uma vez que também é responsável por elas.

Em outras palavras, caso a Vereadora votasse (em benefício próprio), estaria se maculando o devido processo legal em termos de imparcialidade e impessoalidade, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

a) Se sim, a quem cabe suscitar o impedimento? Presidente da Câmara ? A própria Parlamentar? Qualquer Vereador?

Resposta: Qualquer cidadão em gozo de seus direitos políticos poderia, nos termos da lei, suscitar o impedimento da Vereadora em questão. Então é SIM para todas as perguntas acima. A declaração de impedimento encontra-se prevista, por exemplo, no artigo 248 de nosso Regimento Interno.

Cabe ao Presidente decidir sobre esse impedimento (art. 26, I, "m" do R.I.).

b) Há necessidade de convocação de seu suplente? Se sim, cabe a quem essa iniciativa?

Resposta: SIM. Ao Presidente da Câmara Municipal, conforme teleologia do artigo 9º de nosso Regimento Interno.

c) Impondo o impedimento à referida Vereadora, fazendo surgir a dúvida quanto à convocação dos suplentes, ante a apontada suspeição, apenas para a apreciação das referidas contas?

Resposta: O impedimento da Vereadora é restrito apenas à apreciação das contas em que figura como parte interessada.

Entretanto, ressalvo que é fundamental que o eventual suplente tenha ciência do assunto para o qual está sendo convocado, facultando-lhe o acesso antecipado a todas as peças do processo de contas.

2 – Há alguma instrução a ser observada nesta referida sessão de julgamento?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

Resposta: Além daquelas previstas nos artigos 289 e seguintes do Regimento Interno, é possível que os Vereadores também deliberem quanto a circunstâncias e peculiaridades do caso concreto (por exemplo, modulação da responsabilidade, considerando a pluralidade de responsáveis).

Entretanto, por razões de segurança jurídica, recomenda-se que estas medidas sejam evitadas. Na dúvida, o mais prudente é isentar de culpa todos os responsáveis, ressaltando-se a apreciação pelo Poder Judiciário, se for o caso.

Sem prejuízo de ulteriores esclarecimentos, eram as considerações necessárias.

Mococa, 26 de agosto de 2020.

Donato César A. Teixeira
Procurador Jurídico
OAB/SP 238.618